

# ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE O ESPAÇO GEOGRÁFICO E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NO CAPITALISMO<sup>1</sup>

Suzane Tosta Souza<sup>2</sup>

Desde a sua sistematização, em meados do século XIX, a Geografia vem buscando compreender os processos de construção do espaço, com destaque para as relações sociais travadas, através do trabalho, em diferentes tempos, produzindo e reproduzindo espaço. Para isso, passou a utilizar constantemente conceitos e categorias de análise que nortearam sua produção científica como: espaço, paisagem, região, lugar, território e outros. Esses conceitos, obviamente, sofreram muitas modificações ao longo de quase dois séculos de sistematização da ciência geográfica, sobretudo, devido as grandes transformações pelas quais o mundo vem passando, o que se acelerou bastante pós-segunda Guerra Mundial, causando profundas alterações na ciência e na técnica, bem como nas sociedades e no Sistema-Mundo. Traçar uma evolução histórica destes conceitos na Geografia seria tarefa demasiadamente longa para este momento; por isso, tem-se aqui a pretensão de destacar algumas concepções sobre o espaço geográfico e sua produção social ao longo do tempo.

Para Moraes (1993) quando da necessidade em se definir o objeto de estudo da Geografia, este pode ser elaborado de várias formas, contando com diferentes orientações metodológicas e diversas concepções de mundo, mas, sobretudo, partindo de uma abordagem clássica, com base no positivismo, enquanto método que norteou grande parte dos trabalhos realizados na Geografia dita tradicional. Dentro desta perspectiva, o objeto de estudo da Geografia passa a ser encarado a partir de algumas considerações, dentre as quais: estudo da superfície da terra (visão originária das concepções de Kant), estudo da paisagem (análise baseada nos aspectos visíveis do real); estudo da individualidade dos lugares (onde o estudo da geografia deveria abarcar todos os fenômenos existentes numa dada área); estudo da relação homem-meio, ou sociedade-natureza (relacionando os dois domínios da ciência – o físico e o social); estudo da variação de áreas (desenvolvida a partir dos estudos de Hettner e Hartshorne); e estudo do espaço. Quanto a esta última concepção, o autor considera que a mesma vinha carregada de ambigüidades o que remetia a uma série de interpretações.

Moraes (1983) destaca ainda que tal concepção é vaga e encerra aspectos

---

<sup>1</sup> Parte do trabalho apresentado na Disciplina História do Pensamento Geográfico, junto ao núcleo de Pós-graduação em Geografia, da Universidade Federal de Sergipe.

<sup>2</sup> Professora Assistente do Departamento de Geografia. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Stosta@uesb.br

problemáticos. O principal deles é explicar o que se entender por espaço. Assim, levanta três principais possibilidades: a) o espaço concebido como categoria do entendimento, isto é toda forma de conhecimento efetivar-se-ia de categorias como tempo, espaço, etc. Deste modo, além de ser destituído de sua existência seria um dado de toda forma de conhecimento, onde não seria possível qualificar a especificidade da geografia; b) o espaço enquanto atributo dos seres, no sentido de que nada existiria sem ocupar lugar no espaço, portanto, não seria possível propô-lo como um estudo particular e; c) o espaço concebido como um ser específico do real, com características e uma dinâmica própria, onde haveria possibilidade de pensá-lo como objeto da geografia.

Entretanto, o autor acrescenta que esta perspectiva da Geografia, enquanto estudo do espaço, “ênfatiza a busca lógica da distribuição e da localização dos fenômenos”; propõe a dedução que “só conseguiu se efetivar à custa de artifícios estatísticos e da quantificação”.

Para Corrêa (2003, p. 15) “a expressão espaço geográfico ou simplesmente espaço, por outro lado, aparece como vaga, ora estando associada a uma porção específica da superfície da Terra identificada seja pela natureza, seja por um modo particular como o Homem ali imprimiu as suas marcas, seja com referência a simples localização”. Assim, destaca também que existem diferentes concepções de espaço, vinculadas às diversas correntes do pensamento geográfico.

Na Geografia tradicional, corrente que caracterizou o pensamento geográfico no período que se estende de 1870 até a década de 1950, o conceito de espaço não se constituía num conceito chave para a análise geográfica; sendo bastante valorizados, nesta época, os conceitos de paisagem e região. Entretanto, o espaço está presente nas obras de Ratzel e Hartshorne, porém de modo implícito. Sobre isto Moraes (1983) destaca que o espaço em Ratzel pode ser considerado como base indispensável para a vida do homem, para as condições de trabalho, quer naturais quer socialmente produzidas – a partir de então, o geógrafo passa a desenvolver os conceitos de território e espaço vital.

De acordo com Ratzel, o território representaria uma “determinada porção da superfície terrestre apropriada por um grupo humano” (MORAES, 1983, p. 23). Cabe considerar, entretanto, que trata-se de um conceito advindo das ciências naturais, principalmente por conta da influência das teorias de Darwin e Lamarck nas obras deste autor. Assim, esta idéia de território vincula-se à apropriação do espaço como forma de luta pela sobrevivência, demonstrando a necessidade do homem em utilizar os recursos da natureza. Neste sentido, a sociedade precisava se organizar para manter seu território, ou seja, garantir os seus recursos – portanto, o espaço seria vital; logo, esta mesma sociedade cria o Estado, ou nas palavras de Ratzel: “quando a sociedade se organiza para defender o

território, transforma-se em Estado” (MORAES, 1983, p. 56). Com isso, o território representaria as condições de existência de uma sociedade, que deveria ser mantido ou até mesmo ampliado, podendo representar a decadência ou o progresso de um povo. Seus estudos foram posteriormente retomados por outros teóricos, para formulação da Geopolítica, ou seja, o estudo da dominação dos territórios referentes à ação do Estado sobre o Espaço (Moraes, 1983, p. 59), servindo também para os planos de expansão nazista.

Para Hartshorne (1939) citado por Corrêa (2003, p. 18) é tarefa do geógrafo descrever e analisar a interação e integração de fenômenos em termos de espaço. Assim, o espaço é visto como espaço absoluto, como um conjunto de pontos que tem existência em si, sendo independente de qualquer coisa. Deste modo, “a Geografia (...) estudaria todos os fenômenos organizados espacialmente, enquanto a História, por outro lado, estudaria os fenômenos segundo a dimensão tempo”; sendo assim, um receptáculo que apenas contém coisas.

O termo espaço é empregado no sentido de área, que se estabelece a partir de uma combinação única de fenômenos naturais e sociais – lócus de uma combinação única; daí a valorização do conceito de região. Verifica-se, portanto, uma visão fragmentada do conhecimento científico, embasada nos pressupostos do positivismo, que junto com o historicismo comandou as análises realizadas por esta corrente de pensamento da Geografia.

A partir da década de 1950 a Geografia, e as ciências como um todo, passam a sofrer influência da revolução teórica-quantitativa, corrente calcada no positivismo lógico, na metodologia advinda das ciências da natureza e no raciocínio hipotético-dedutivo. Assim, tem-se a elaboração de modelos análogos aos das ciências naturais; que espelham, no fundo, vinculações com o sistema de planejamento público e privado. Dentro dessa perspectiva do planejamento, a Geografia é convidada a assumir papel essencial, na organização do espaço – a fim de atender as demandas do Estado e do capital.

Neste momento, o espaço aparece como conceito chave, enquanto que o conceito de paisagem é deixado de lado; já o conceito de região “é reduzido ao resultado de um processo de classificação de unidades espaciais segundo procedimentos de agrupamento e divisão lógica com base em técnicas estatísticas” (CORRÊA, 2003, p. 20). Deste modo, o espaço é considerado de duas formas: planície isotrópica e representação matricial. A planície isotrópica é uma construção teórica que resume uma concepção de espaço derivada de um paradigma racionalista e hipotético-dedutivo. Nesta, admite-se como ponto de partida uma superfície uniforme, tanto no que se refere aos aspectos naturais quanto humanos, a partir da qual desenvolvem-se ações e mecanismos econômicos que

levam a diferenciação do espaço. Desta forma, o ponto de saída é a homogeneidade e a diferenciação espacial é o ponto de chegada – a conclusão. As representações matricial e topológica devem, “( ...) se constituir em meios operacionais que nos permitam extrair um conhecimento sobre localizações e fluxos, hierarquias e especializações funcionais” . (CORRÊA, 2003, p. 23). Verifica-se, portanto, uma concepção a-histórica, que negligencia os fenômenos sociais e suas contradições.

A partir da década de 1970 desenvolve-se a Geografia crítica, fundamentada no materialismo histórico e na dialética. Nesta, o espaço novamente aparece como conceito chave, onde, segundo Corrêa (2003, p. 24-25) apud Soja e Hadjimichalis (1979) “a análise do espaço no âmbito da teoria marxista deve-se, em grande parte, à intensificação das contradições sociais e espaciais tanto nos países centrais como periféricos”, por conta da própria crise do capitalismo, a partir da década de 1960, que transformou o espaço produzido em “receptáculo de muitas contradições”. Neste sentido, destaca-se a análise realizada por Lefebvre (1974) citado por Corrêa (2003) já que este considera que o espaço é entendido como espaço social, vivido, relacionado à prática social, não podendo ser considerado um espaço absoluto, vazio, puro, nem como produto da sociedade. Assim, considera que o espaço não é ponto de partida, nem ponto de chegada, também não é instrumento de ação política – campo de ações de indivíduos ou grupos – é mais do que isso. O espaço é, portanto, o lócus da reprodução das relações sociais de produção.

Corrêa (2003) destaca ainda na década de 1970 a ascensão de outra corrente do pensamento geográfico – a Geografia humanista, acompanhada da retomada da Geografia cultural. Do ponto de vista metodológico tal vertente se orienta nas filosofias do significado, especialmente a fenomenologia e o existencialismo, assentando-se na subjetividade, na intuição, nos sentimentos, na experiência, no simbolismo; privilegiando o singular e não o particular ou o universal. Assim, os conceitos de paisagem e região são revalorizados, o lugar passa a ser o conceito chave e o espaço adquire, para muitos autores, o significado de espaço vivido.

Silva (2001) destaca que a discussão sobre o espaço geográfico é muito antiga, assumindo vários rumos de acordo com os pensamentos que nortearam aqueles que faziam geografia em cada época. Assim, dentro de uma perspectiva clássica, verifica-se que sempre que se falava de Geografia, falava-se do espaço geográfico. Essa percepção permeia tanto as análises realizadas à luz do método positivista – de visão empirista, quanto às análises que buscaram uma visão racionalista, menos empirista – fundamentadas no Neokantismo. Entretanto, dentro dessas abordagens predominava a concepção de conhecimento fragmentado, multidicotomizado, que dividia o espaço em físico, econômico, social, natural, humano, cultural, e outros, como se houvesse um espaço para cada Geografia. Assim, havia um espaço geral – a superfície da terra – que enfocava a unidade

da ciência geográfica e, ao mesmo tempo, este mesmo espaço se diluía em múltiplos espaços. Posteriormente, surge na Geografia a idéia de espaço de relações, que oferecia uma análise menos estática, que pressupunha movimento; porém este movimento se dava numa esfera sensível, palpável.

Verifica-se dentro dessas abordagens, em grande parte norteadas pelo enfoque metodológico do positivismo, uma ótica linear, formal, onde os fenômenos eram analisados a partir da causa e efeito; onde o pesquisador caminhava de um ponto de partida e ao desenvolver o trabalho chegaria a um ponto final – a conclusão.

Para Silva (2001) apesar dos equívocos existentes na perspectiva de entender o espaço com mais clareza e precisão de conteúdo, a procura do verdadeiro espaço geográfico reside à investigação sobre o “ser” da Geografia, onde torna-se mister a busca de diversos caminhos, novos métodos e bases teóricas, que dêem sentido a cientificidade da Geografia. Por conta disso, tem-se uma influência muito forte daquilo que é visualizável, cuja análise baseia-se na aparência. Tal visão passa a ser combatida pelos geógrafos críticos que passam a defender que é o espaço social o objeto da Geografia, objeto este entendido enquanto movimento, processo.

Dentre as diversas análises realizadas por estes geógrafos críticos destaca-se ainda uma forte preocupação com a perspectiva material, voltada para a compreensão da aparência dos fenômenos. Nesta concepção, Armando Corrêa da Silva busca entender o espaço do ponto de vista ontológico, como ocorrência material, como espaço absoluto, relativo e relacional. Tal análise para Silva (2001) traz uma enorme confusão, na medida em que os conceitos não são totalmente explicados; assim, para ela esta ontologia do espaço só pode ser explicada a partir da noção de movimento.

Outro importante trabalho que busca analisar o espaço a partir de uma análise crítica é realizado por Milton Santos, em 1978, em seu livro *Por uma Geografia Nova*. Neste, o autor destaca a necessidade da geografia em definir seu objeto – o espaço; o que para ele foi negligenciado pelo fato dos geógrafos estarem mais preocupados com a geografia em si, enquanto ciência formalizada do que com seu objeto de estudo. Dentro dessa perspectiva, destaca que a Geografia, no campo do conhecimento científico, foi à ciência que mais se atrasou na definição de seu objeto. Além disso, Santos destaca as diversas interpretações que se pode ter de espaço – o que pode levar a ambigüidades, por isso, diz que o espaço que interessa a análise geográfica é o espaço social. Entretanto, a simples definição do objeto de estudo, para Santos (1978), não basta, pois é preciso definir ainda as categorias de análise fundamentais, já que estas mesmo mudando de significação com a história constituem uma base permanente para a teorização da ciência. Desta forma, considera o espaço a partir de uma dimensão histórica. Assim, define que:

O espaço geográfico é a natureza modificada pelo homem através do seu trabalho. A concepção de uma natureza natural, onde o homem não existisse ou não fora o seu centro, cede lugar à idéia de uma construção permanente da natureza artificial ou social, sinônimo de espaço humano. (SANTOS, 1978, p. 119).

Neste sentido, o espaço é considerado enquanto espaço humano – é a morada do homem, é o seu lugar de vida e de trabalho. Este, por sua vez, é considerado também como categoria histórica, ou seja, a própria significação dos objetos, do seu conteúdo e das relações entre eles que muda com a história.

Por fim considera que “o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente, e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante dos nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções. O espaço é então um verdadeiro campo de forças cuja aceleração é desigual. Daí porque a evolução espacial não se faz de forma igual em todos os lugares” (SANTOS, 1978, p. 122).

Silva (2001) ao analisar Santos (1978), entretanto, destaca que o referido autor fala de “formas” e “estruturas” representativas de relações sociais; para a autora a forma pode ser entendida como o externo e a estrutura o interno, o conteúdo; portanto, dentro de uma análise dialética uma está na outra. Assim, para Silva esta análise não fica muito clara, inclusive na afirmação do autor parece haver uma distinção entre elas. Deste modo, as formas são representativas de relações sociais de passado e do presente e a estrutura de relações que acontecem diante dos nossos olhos, no entanto nos não vemos, só visualizamos uma pequena parte. Estas se manifestam através de processos e funções o que pressupõe movimento, o qual não se pode captar com os olhos, já que corresponde a um rápido momento do processo. Além disso, Silva (2001) ao considerar Santos (1978) quando diz que o ato de produzir é igualmente o ato de produzir espaço, acrescenta que “a produção do espaço em cada momento histórico está subordinado ao desenvolvimento das forças produtivas, ligadas ao modo de produção vigente” (SILVA, 2001, p. 14), portanto, a análise da produção do espaço em uma sociedade capitalista não pode ser a mesma análise de grupos isolados, por exemplo.

Silva (2001) destaca ainda que algumas análises realizadas sobre o espaço na Geografia o colocam como mercadoria, negligenciam o fato deste conter uma unidade entre valor de uso e valor de troca; assim, considera que: “a mercadoria contida no espaço é a terra. O espaço como produto ou produzido advém de relações sociais complexas; de relações entre mercadorias específicas da sociedade capitalista – e todas as mediações que permeiam essas relações”.

Moraes e Costa (1988) no livro *a Valorização do Espaço*, esforçam-se na elaboração de uma Teoria Crítica sobre o Espaço, também partindo de uma abordagem metodológica amparada no materialismo histórico e dialético. Para eles, a opção de método aparece como o primeiro pressuposto de construção de uma nova concepção de Geografia; neste sentido, contribuem bastante ao estabelecer a diferença entre método de interpretação e método de pesquisa. Assim, o método de interpretação diz respeito à concepção de mundo do pesquisador, sua visão da realidade, da ciência e do movimento; já o método de pesquisa refere-se às técnicas utilizadas em determinado estudo – parte operacional da pesquisa. Dentro dessa perspectiva, destacam que para a análise dialética o método é um ponto de partida, não ponto de chegada; assim, assumem como opção metodológica para a Geografia o materialismo histórico e dialético, método desenvolvido a partir das formulações de Karl Marx e Friedrich Engels. Para estes: “só a perspectiva de transformar o mundo fornece a possibilidade de compreendê-lo, só a visão crítica permite apreender a essência dos processos sociais, só a inserção no movimento propicia seu entendimento” (MORAES e COSTA, 1988, p. 35). Desta forma, o marxismo trabalha com a lógica dialética, “a qual concebe a realidade enquanto movimento e a contradição como a forma de ser dos fenômenos” (p. 49).

De acordo com a análise desenvolvida por estes autores, para se entender a produção do espaço deve-se levar em conta o modo de produção vigente, por isso consideram que: “toda produção é sempre social, isto é, em função do grau de desenvolvimento das forças produtivas de uma sociedade – recursos naturais, técnica e instrumentos de trabalho, além da própria força de trabalho –, tem-se uma dada divisão do trabalho, ou seja, uma organização da atividade produtiva”. Assim, cabe aos geógrafos preocupados com a realidade social, a reelaboração do seu discurso, que passa pela adoção de um objeto de estudo precipuamente social.

Posteriormente, os autores fazem uma análise do processo de valorização do espaço, sobretudo sobre a égide do modo de produção capitalista, assim desenvolvem os conceitos de valor do espaço e valor no espaço; onde o valor do espaço em todas as suas formas de manifestações aparece frente ao processo de produção como um valor contido. Desta forma, por ser o espaço concreto também um valor de troca, define-se a possibilidade de um valor no espaço. Para Silva (2001) ao se definir valor prévio para o espaço este não ultrapassa a função de mero palco dos processos que nele ocorrem – substrato da vida material, portanto. Neste sentido, acrescenta que:

O valor atribuído ao espaço não seria todo o trabalho desenvolvido pela classe dominada, apropriado pela classe dominante, as quais compõem a essência do espaço? O valor não é o atributo fundamental do espaço? Só que na sociedade capitalista, não é um

valor qualquer, simples dispêndio de energias de todos que trabalham. Mas valor capitalista, trabalho alienado.

Outro autor que assume uma postura crítica frente à análise do espaço geográfico é Ruy Moreira, no livro – O que é Geografia, publicado em 1981. De acordo com este autor o processo de trabalho tem a sua materialidade em formas que ao mesmo tempo que dele derivam a ele reverterem, e são geradas com este fim. Neste sentido, em se tratando da Geografia “esta materialidade dialeticamente articulada ao processo do trabalho é o espaço geográfico (MOREIRA, 1981, p. 85). Assim, espaço e trabalho estão numa relação de aparência e essência, onde o espaço geográfico é a aparência de que o processo historicamente concreto do trabalho é a essência. O espaço geográfico é entendido a partir da materialidade do processo do trabalho. “É a relação homem-meio na sua expressão historicamente concreta” (p.86); assim, espaço e trabalho encontram-se imbricados, num relação dialética, onde o espaço geográfico passa a ser entendido não apenas como produto do trabalho, mas como condição para este. Mas, o autor destaca ainda que o “espaço produzido, o espaço geográfico teria existência efêmera se a produção não fosse reprodução”, desta forma, “não só o espaço é um espaço produzido, mas é igualmente um espaço reproduzido” (p.88).

Para Silva (2001) a análise realizada por Moreira (1981) trabalha o espaço geográfico enquanto paisagem; ela é aparência, enquanto o processo de trabalho é a essência. Destaca que o processo de trabalho pode ser entendido a partir das formas, elementos e relações capazes de viabilizar uma produção; assim sendo, no mundo capitalista a que se levar em conta às relações contraditórias entre trabalho assalariado e capital. Neste sentido, “o processo de trabalho está contido no espaço (...) só que nós não o vemos enquanto processo, mas seu resultado – as construções que se materializam na paisagem – esta é um pequeno momento do espaço” (p. 16).

Santos, em 1985, declara que a Geografia poderia ser construída a partir da consideração do espaço como um conjunto de fixos e fluxos; onde os elementos fixos, permitem ações que modificam o próprio lugar, fixos novos ou renovados que recriam as condições ambientais e as condições sociais, e redefinem cada lugar. Já os fluxos são um resultado direto ou indireto das ações e atravessam ou se instalam nos fixos (SANTOS, 1985). Numa outra proposta de definição da Geografia, em 1996, este mesmo autor destaca que “a essa disciplina cabe estudar o conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações que formam o espaço”. Neste sentido, “o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”; entretanto, “o espaço é hoje um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoado por sistema de ações igualmente imbuídas de artificialidade, e cada vez mais tendentes a



fins estranhos ao lugar e aos seus habitantes” (p. 51). Para isto, o autor passa a analisar o avanço técnico científico, que no período atual pode ser considerado como meio técnico-científico-informacional, onde os ritmos de produção e, conseqüentemente, de transformação da natureza se dão de forma acelerada, criando, muitas vezes, o que ele chama de “natureza espetáculo”, portanto, cada vez mais estranha ao homem. (SANTOS, 1991).

Apesar da inegável contribuição de Milton Santos a ciência geográfica, Silva (2001) destaca que embora o mesmo se aproxime bastante do materialismo histórico dialético, utilizando muitos conceitos da dialética, este possui uma abordagem mais estruturalista. Para esta o estruturalismo trabalha com articulação entre semelhanças; a dialética é muito mais profunda e abrangente, já que procura relacionar semelhanças com diferenças, assim, “é um método para interpretação do desenvolvimento das forças naturais e das lutas de classes”.

Outro autor que buscou analisar o espaço e suas contradições foi José da Silva (2001, p. 42), baseando nos estudos realizados por Lefebvre (1974), a Produção do Espaço. Para este, “o espaço geográfico, produto, processo e manifestação da sociedade, expressa todas as contradições geradas e contidas nas relações sociais de produção”. Assim, tais contradições não são exteriores as relações de produção incorporadas no espaço. Neste sentido, destaca a importância em se discutir o espaço na Geografia o que “permite discutir a categoria enquanto conceito fundante em Geografia, ampliando horizontes e rompendo amarras no sentido de buscar no espaço mais do que o concreto, o localizável, o banal”.

Ao considerar Lefebvre, José da Silva (2001) destaca a tentativa deste autor em elucidar todas as armadilhas contidas nas variadas interpretações e explicações do espaço, de buscar, dialeticamente, combinar as contradições relacionais do pensar e do ser, da consciência e da vida material, da superestrutura e da base econômica, da objetividade e da subjetividade. Lefebvre “recorreu seletivamente a esses movimentos na tentativa insistente de recontextualizar o marxismo na teoria e na práxis; e é nessa recontextualização que podemos descobrir muitas das fontes imediatas de uma interpretação materialista da espacialidade e, por conseguinte, do desenvolvimento da geografia marxista e do materialismo histórico” (SILVA, 2001, p. 44). Assim, Lefebvre define uma ampla problemática espacial do capitalismo e a eleva a uma posição central dentro da luta de classes, inserindo as relações de classe nas contradições do espaço socialmente produzido.

Concordando com essa análise Carlos (2001) demonstra que é preciso decifrar o nosso entendimento sobre o espaço geográfico, o que para ela não se trata de produzir um discurso sobre o espaço, mas de revelar a produção do espaço numa teoria. Deste modo, “coleccionar fatos não conduz a lugar algum no que se refere à tentativa de desvendar os

conteúdos mais reveladores do espaço geográfico enquanto espaço histórico e social”. (CARLOS, 2001, p. 62). Neste sentido, considera que ao produzir sua vida, sua história, a sociedade produz o espaço geográfico. “Tais condições são produzidas pelo trabalho como atividade humana, logo, o desvendamento da atividade do trabalho considerado como processo produtor do espaço geográfico é o ponto de partida e permite discutir, de um lado, a articulação entre as atividades produtivas e não produtivas no conjunto da sociedade, e de outro, a materialização espacial deste processo, cujo movimento fundamenta-se na contradição entre produção espacial coletiva e apropriação privada”.

A partir de então, a autora destaca os diversos sentidos empregados à palavra produção que se refere não apenas à produção de bens e mercadorias, mas também a produção de relações sociais, de uma ideologia, costumes, valores, e a divisão e organização do trabalho, como também de modelos de comportamento que induzem o consumo. Desta forma, destaca que o cotidiano encontra-se invadido por um sistema regulador – que formaliza e fixa as relações sociais. Assim,

A reprodução coloca a perspectiva de compreensão de uma totalidade que escapa ao plano do econômico, abrindo-se para o entendimento da sociedade em seu movimento, o que supõe totalidade.

Esta depende, entretanto, do momento histórico, do estágio de desenvolvimento das forças produtivas – um processo que se define como histórico e social.

Para Silva (2001) no processo produtivo está presente uma das grandes contradições da relação de produção capitalista: neste o ser produtivo é o homem que trabalha, mas este ao mesmo tempo se nega, por que é só sustentáculo da força de trabalho que ele vendeu para o agente indireto da produção, o qual é dono dos instrumentos e do material de produção – que comanda o processo produtivo e dispõe como quer da força de trabalho – que lhe pertence como mercadoria, que ele adquiriu no mercado numa relação de troca. Entretanto, o produtor direto – o trabalhador que produz – não retém para si nada do que faz com suas mãos e com seu cérebro. Assim, não se identifica com o que produz, o resultado da sua produção lhe é estranho. Já o produtor indireto, que está ausente da produção material, só dirige, ao contrário, é o verdadeiro proprietário de tudo que foi produzido; tudo legalmente lhe pertence. O produto final que sai de circuito produtivo, que contém valor capitalista, é seu. Desta forma:

A produção capitalista do espaço se concretiza no trabalho alienado, materializado nas construções, nas edificações que nos cercam, no material de trabalho de que a sociedade dispõe, enfim, em tudo que é produzido, seja para consumo produtivo ou para consumo direto.

(SILVA, 2001, p. 19).

Assim, a Geografia crítica busca entender o espaço como a unidade contraditória da Geografia; onde a noção de lugar é imprescindível, só que não pode responder por seu conteúdo, e o espaço é produzido pelas relações sociais subordinadas ao modo de produção que sustenta a sociedade. Deste modo, compreender o espaço geográfico, de acordo com esta visão marxista, significa apreendê-lo como ele é na sua essência, como totalidade, com todos os conflitos, contradições, mediações, num processo interminável.

O raciocínio dialético é a antítese do raciocínio formal; a lógica formal corresponde a só um momento da lógica dialética. Enquanto na lógica formal se raciocina em linha reta, como se o raciocínio pudesse ser representado geometricamente por um segmento retilíneo, na dialética se caminha em todas as direções, como se a realidade tivesse a forma geométrica de círculos que se justapõem em espiral. (SILVA, 2001, p. 20).

Pode-se afirmar, portanto, que não há conclusões acabadas, terminadas e sim questionamentos, interrogações, dúvidas, para que se avance na produção do conhecimento que não acaba nunca. Desta forma, ao pesquisarmos o espaço geográfico, deve-se considerar que trata-se de uma pesquisa sobre um momento desse espaço, uma totalidade de abrangência restrita.

O espaço na geografia precisa ser compreendido segundo uma concepção de totalidade. Ele é constituído de momentos, de totalidades mais abrangentes, que se articulam com a totalidade global, infinita. As totalidades, os momentos do espaço geográfico expressam o movimento dialético da matéria natural e social (...) em termos de tempo e lugar. (SILVA, 2001, p. 20).

Entretanto, cada um desses momentos guarda peculiaridades próprias – de acordo com o tempo e o lugar e se manifestam na paisagem, obedecendo as particularidades da sociedade; por isso é que a autora destaca que não se pode pensar num espaço único na Geografia. Assim, na sociedade capitalista, podemos considerar que o espaço geográfico tem um conteúdo diferenciado, conflituoso, contraditório e coisificado; onde a existência do espaço é sinônimo da existência de classes sociais; desta forma Silva (2001, p. 24) demonstra que as classes se reproduzem obedecendo aos ditames do capital, uma lógica contraditória a qual produz espaços heterogêneos, desiguais e irregulares; por isso é que não se pode falar em espaço geográfico delimitado, especializado.

A partir dessas considerações é que buscamos entender a luta dos movimentos sociais rurais no campo brasileiro, especificamente no Sudoeste da Bahia, enquanto relações contraditórias engendradas pelo capitalismo que, automaticamente reproduz tanto relações de produção tipicamente capitalistas quanto não capitalistas (OLIVEIRA, 2001), no contexto da luta de classes travada, no espaço, a partir dos interesses contraditórios entre os latifundiários e os trabalhadores rurais e famílias camponesas, o que Marques (2002) chama de território do latifúndio x território camponês. Dentro dessa perspectiva, busca-se verificar de que forma parcelas organizadas da sociedade civil vêm buscando alternativas de resistência no campo para se contrapor à lógica do latifúndio, buscando a partir da luta pela terra e da ocupação participar, ainda que parcialmente, da produção destes espaços. Neste sentido é que resgatamos os conceitos utilizados por Milton Santos (1996) de espaço das redes e espaço banal.

Para este, além do espaço das redes, há o espaço banal, que o autor classifica como espaço de todos, todo o espaço “porque as redes constituem apenas uma parte do espaço e o espaço de alguns” (SANTOS, 1996, p. 16); demonstrando que, para além da transnacionalização, o espaço possui ainda uma organização interna (daqueles que habitam o espaço). Entretanto, um não exclui o outro, já que o espaço das redes e o espaço banal ocorrem nos mesmos lugares, “contendo funcionalidades diferentes, divergentes ou opostas” (p. 16). Neste momento, o autor aponta para a possibilidade de um acontecer solidário, a partir da criação de novas solidariedades entre pessoas e lugares; onde cabe-nos destacar a luta implementada pelos trabalhadores rurais via organização em movimentos sociais, dando uma nova tônica e uma dinâmica diferenciada no campo brasileiro.

## REFERÊNCIAS

- CARLOS, Ana Fani Alessandri. “Novas” *Contradições do espaço*. In: DAMIANI, Amélia Luisa; CARLOS, Ana Fani Alessandri; SEABRA, Odete Carvalho de Lima (Orgs.) *O espaço no fim de século: a nova raridade*. 2ª edição. São Paulo: Contexto, 2001.
- CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. (Org.) *Geografia Conceitos e Temas*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *Espaço, Um Conceito Chave da Geografia*. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. *Geografia Conceitos e Temas*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- DAMIANI, Amélia Luisa; CARLOS, Ana Fani Alessandri; SEABRA, Odete Carvalho de Lima (Orgs.). *O espaço no fim de século: a nova raridade*. 2ª edição. São Paulo: Contexto, 2001.
- MARQUES, Marta Inez Medeiros. *A atualidade do uso do conceito de Camponês*. In: CD-Rom do XIII Encontro Nacional de Geógrafos. João pessoa, Paraíba, 2002.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. *Geografia Pequena História Crítica*. 2ª edição. São Paulo: HUCITEC, 1983.
- MORAES, Antonio Carlos Robert; COSTA, Wanderley Messias da. *Geografia Crítica – A Valorização do Espaço*. São Paulo: HUCITEC, 1984.
- MOREIRA, Rui. *O que é Geografia*. São Paulo: Brasiliense. Coleção Primeiros Passos, 1981.

- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A agricultura Camponesa no Brasil*. 4ª ed. – São Paulo: Contexto, 2001. 164p.
- SANTOS, Milton. *Por uma Geografia Nova*. São Paulo: HUCITEC, 1978.
- SANTOS, Milton. *Território: Globalização e Fragmentação*. 3ª ed. SP: HUCITEC, 1996. 332p.
- SANTOS, Milton. *Espaço e Método*. São Paulo: Nobel, 1985. (Coleção espaços).
- SANTOS, Milton. *Técnica, Espaço e Tempo*. Do meio técnico ao meio técnico científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1991.
- SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 2ª edição. São Paulo: HUCITEC, 1997.
- SILVA, José Borzacchiello da. *Espaço e Contradições*. In: DAMIANI, Amélia Luisa; CARLOS, Ana Fani Alessandri; SEABRA, Odete Carvalho de Lima (Orgs.) *O espaço no fim de século: a nova raridade*. 2ª edição. São Paulo: Contexto, 2001.
- SILVA, Lenyra Rique da. *A Natureza Contraditória do Espaço Geográfico*. 2ª edição. São Paulo: Contexto, 2001.
- SILVA, Lenyra Rique da. *Do senso comum à Geografia científica*. São Paulo: Contexto, 2004.